

Agrava-se a situação externa do País



O atraso no pagamento dos juros aos bancos privados, que ocorrerá inevitavelmente a partir de setembro caso não haja acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), será formalizado através de um comunicado do governo brasileiro aos agentes financeiros atingidos pela moratória. "Se o credor não receber, ele saberá exatamente por quê", afirmou ontem o embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira, depois de mais um dia de reuniões em Brasília.

No segundo semestre vencem US\$ 3,7 bilhões, dos quais US\$ 2,3 bilhões em setembro. A medida que as parcelas dos juros forem vencendo e o nível das reservas cambiais não comportar os pagamentos, os bancos receberão o comunicado do governo brasileiro. É um procedimento diferente do adotado em relação ao Clube de Paris. Neste caso, há um esforço do governo em caracterizar o atraso no pagamento dos US\$ 800 milhões como um problema transitório que será sanado nos próximos dias, com a esperada recuperação das reservas. Por isso, não houve um comunicado informando os países credores do atraso.

O embaixador Marcílio Marques Moreira ainda acredita em um acordo com o FMI. "É possível um acordo transitório, de curto prazo", afirmou o embaixador. Mas o secretário de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Ministro Sérgio Amaral, deixou claro que são remotas as possibilidades de uma solução global para a dívida externa no atual governo. "Os sinais aparecem como uma luz no fim do túnel, mas, infelizmente, não se pode esperar uma solução no curto prazo".

Amaral acredita que na próxima semana o Brasil terá condições de iniciar os pagamentos ao Clube de Paris. Segundo ele, na segunda-feira, como consequência das medidas na área cambial, conseguiu US\$ 300 milhões em divisas — pagou US\$ 100 milhões e aumentou as reservas em US\$ 200 milhões.

Marcílio Marques Moreira conversa hoje com o presidente José Sarney para acertar os últimos detalhes da forma que em-

pregará com autoridades do Tesouro americano e do FMI para explicar a situação do balanço de pagamento do País e as recentes medidas tomadas para preservar as reservas cambiais. Ele acredita que há condições de, partindo de uma argumentação política, sensibilizar aquelas autoridades em favor de um acordo com o FMI que evite a crise cambial no País.

"É importante que o próximo presidente assuma sem ter de enfrentar o risco de hiperinflação e de uma crise cambial", disse ele. À saída do Ministério da Fazenda, após uma longa reunião com Sérgio Amaral, preparando a documentação que leva amanhã para os Estados Unidos, o embaixador reafirmou suas esperanças em um acordo de curto prazo com o FMI que viabilize a liberação de recursos do Fundo e de outras instituições, num total de cerca de US\$ 3 bilhões. Essas liberações afastariam o risco de uma moratória no pagamento aos bancos privados a partir de setembro. Os exemplos da Argentina e Venezuela serão bons aliados nessa tarefa do embaixador.

De qualquer forma, se não houver acordo, o governo brasileiro já tem tudo pronto para formalizar o não pagamento aos bancos privados. Serão preservados apenas os pagamentos dos juros relativos aos empréstimos de curto prazo que financiam o comércio externo brasileiro, as linhas de crédito interbancárias (empréstimos dos bancos estrangeiros a agências de bancos brasileiros no exterior) e os pagamentos de juros e do principal das agências multilaterais.

O cuidado em evitar qualquer atitude de confronto com os credores pode ser medido pelo teor do telex que o ministro Maílson da Nóbrega enviou ao comitê de bancos na terça-feira. Nele, o governo explica todas as medidas na área cambial, alerta para o risco de queima de reservas que o País está enfrentando, mas sequer menciona a possibilidade de atraso nos pagamentos. Quando chegar a hora de sacrificar o pagamento aos bancos privados, a mesma postura discreta e cuidadosa será adotada para evitar a interrupção dos canais de conversações com os bancos.